

Algumas limitações do tabloide televisivo: gênero, maternidade e sacralidade como chaves de leitura para um acontecimento⁴³

Paula Guimarães Simões

Universidade Federal de Minas Gerais
paulaguimaraessimoes@yahoo.com.br

Lucas Afonso Sepulveda

Universidade Federal de Minas Gerais
afonsepuv@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é apreender alguns valores mobilizados nos discursos e posicionamentos dos âncoras dos telejornais tabloides da Record Minas, acerca de um acontecimento específico: um falso sequestro de um bebê na cidade de Belo Horizonte. Nessa ocorrência, uma mãe forjou o roubo do filho para entregá-lo a outro casal, mentindo para o marido, a mídia e a polícia. Para realizar a análise, partimos do conceito de acontecimento desenvolvido por Louis Quéré. A análise revela que a maternidade, o gênero e a *sacralidade da pessoa* (JOAS, 2011) podem ser chaves de leitura para esse acontecimento. Além disso, também aponta algumas limitações deste jornalismo tabloide e o papel que os apresentadores do programa desempenham nas narrativas construídas.

Palavras-chave: Acontecimento, televisão, tabloide, maternidade, sacralidade da pessoa.

Abstract

This paper aims at discussing some values that are mobilized by the speeches formulated by the hosts of Record Minas' tabloid TV newscast, regarding a specific event: the fake kidnapping of a child in the city of Belo Horizonte. In this case, a woman has pretended to have her baby stolen in order to give him to another couple, lying to her husband, the media and the police. Therefore, the paper uses the conception of event discussed by Louis Quéré. The analysis shows that maternity, gender and the *sacredness of the person* (JOAS, 2011) could be reading keys to this event. Besides, it points out some limitations of this tabloid journalism and the role that the hosts of these TV shows play in the construction of narratives.

Keywords: Event, television, tabloid, maternity, *sacredness of the person*.

43 Agradecemos o apoio do CNPq, da FAPEMIG e da PRPq/UFMG ao desenvolvimento de nossas pesquisas.

Introdução

A TV Record é uma emissora de destaque na televisão brasileira atualmente, sendo que a disputa pela liderança da audiência com a Rede Globo vem se acirrando a cada dia. Nesse contexto de luta pela atenção do telespectador, o jornalismo da TV Record também compete com o da emissora líder por uma estratégia de diferenciação. No estado de Minas Gerais, a franquia local da Record se estabelece com os noticiários *MG no Ar* (7h30 à 8h30), *Balanço Geral MG* (12h às 14h45) e *MG Record* (19h45 às 20h30) – objetos para os quais dirigimos nosso olhar nesta análise.

Primeiramente, é preciso destacar que não há, nesse jornalismo local da Record Minas, uma bancada – como há nos telejornais da Globo Minas. Temos um apresentador em pé, noticiando ao vivo os crimes e principais acontecimentos da cidade – em uma seleção noticiosa majoritariamente voltada para relatos de crimes, conflitos policiais e tragédias acometidas contra as classes mais pobres da população – em um “programa voltado para a defesa dos interesses dos cidadãos mineiros”⁴⁴. Estes personagens dão sua opinião sobre os acontecimentos, criticam e fazem seu julgamento sobre os anônimos ali tratados, se dirigindo à câmera e aos telespectadores; conversam com os repórteres, ligam ao vivo para autoridades públicas, brincam, contam piadas no ar, fazem *merchandisings* de produtos de patrocinadores – tudo o que não se vê nos telejornais locais da TV Globo. A comoção, entretenimento e o valor dos sentidos ficam em primazia ou equivalência à necessidade de informar (GOMES, 2009). Eduardo Costa (*MG no Ar*), Mauro Tramonte (*Balanço Geral MG*) e Carlos Viana (*MG Record*) são, ao mesmo tempo, celebridades carismáticas ao “povo” e autoridades máximas em seus programas – estes apresentadores, em seus comentários, definem o que é justiça, o que é desvio; o que deve ser apreciado e o que deve ser rejeitado em nossa sociedade.

Trata-se, portanto, de um telejornalismo *tabloide* que coloca os anônimos na frente das câmeras – efeito de uma *guinada popular na mídia* (SERELLE, 2014) que se justifica mais por um interesse comercial dos grandes executivos da mídia em atrair audiência, do que em uma *democratização da mídia*, de fato. Os tabloides são também espaços midiáticos onde o desvio das normas sociais é observado coletivamente (MACHADO e SANTOS, 2010) – a mídia muitas vezes toma um papel similar ao da *justiça* e constrói dramas públicos que contribuem para “fomentar a percepção política de situações sociais anômicas [...]” (2010: 56) e para construir uma moral social e política junto à sociedade.

Também é necessário apontar para a influência do discurso e da doutrina cristã da Igreja Universal do Reino de Deus dentro desse jornalismo local da Record. Além das novelas bíblicas, da ampla divulgação dos acontecimentos relacionados à Igreja Universal do Reino de Deus, podemos também observar no jornalismo tabloide da emissora alguns dos possíveis reflexos de uma ideologia cristã da Universal. Os âncoras constantemente invocam o nome de

44 Descrição do noticiário Balanço Geral MG no site da Record Minas. Disponível em: <<http://www.recordminas.com/plus/modulos/listas/?tac=programa&id=2>>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

Deus em um discurso que supõe que o público dos programas compartilha desta crença ou se sinta naturalizado perante as simbologias cristãs neopentecostais. O próprio Balanço Geral MG é interrompido pelo “Momento de paz” – uma oração de três minutos realizada por um bispo da Universal. Nenhum outro noticiário das grandes emissoras abertas possui essa configuração religiosa tão explícita.

Nesse contexto (da programação e da própria emissora), o caso do falso sequestro de um bebê em Belo Horizonte (2013) pode revelar muito dos valores que marcam o discurso da Record Minas, assim como algumas limitações desse formato de jornalismo. Para compreender a cobertura acerca deste acontecimento, selecionamos do canal de vídeos do Portal R7 – site de notícias da emissora – um *corpus* de 20 matérias e trechos de comentários dos apresentadores que foram ao ar entre os dias de 25 de novembro de 2013 a 14 de janeiro de 2014 – um intervalo de 50 dias. Este recorte representa 115 minutos de uma cobertura ainda mais extensa feita pela Record Minas.

Neste artigo, apresentaremos, inicialmente, a metodologia adotada para analisarmos este *corpus* (1), seguida de uma breve análise da individualização do acontecimento (2) e, por fim, as principais descobertas da análise do caso (3): o modo como o acontecimento aciona uma discussão sobre as convenções da maternidade e do gênero, evidenciando também as limitações do telejornalismo tabloide e a autoridade funcional dos apresentadores; e como os enunciados da Record Minas incitam uma ideologia de valores conservadores, que acabam favorecendo uma *sacralidade seletiva da pessoa* (JOAS, 2011) e propõem a imagem contraditória do interlocutor que é um cidadão “de bem”. Na conclusão, abordamos o poder de afetação da dor e das tragédias destes personagens reais, que ultrapassam o quadro televisivo do tabloide e seus constrangimentos de produção, para trazer à luz discussões sociais relevantes e necessárias a diferentes públicos.

Metodologia

Antes de nos debruçarmos sobre as reverberações deste *acontecimento*, é preciso apresentar nossa compreensão acerca desse conceito, que se converte em um operador analítico no desenvolvimento desta reflexão. Para o pragmatista Louis Queré, um acontecimento constitui uma ruptura na continuidade da experiência, introduzindo, “necessariamente, alguma coisa de novo ou de inédito” (2005: 61). O acontecimento é, assim, uma ocorrência que nos afeta, nos mobiliza, transforma nossa experiência e nos coloca em alguma inquietude com o mundo – o acontecimento tem um *poder de afetação*, afinal, “aquele a quem o acontecimento acontece, seja um indivíduo, seja um coletivo, se expõe, corre riscos, perigos, põe em causa sua identidade” (QUÉRÉ, 2005: 66).

O acontecimento é também *temporal*: ao insurgir no presente, o singularizamos e buscamos no passado algo que nos ajude a compreendê-lo; comparamos esse determinado acontecimento com outros que já nos foram *acontecidos* (QUÉRÉ, 2005); ao mesmo tempo,

tentamos encontrar uma forma de normalizá-lo, de reconhecer, a partir dele, suas prováveis consequências. O acontecimento, portanto, “instala uma temporalidade estendida, convoca um passado com o qual ele possa estabelecer ligações, anuncia futuros possíveis” (FRANÇA, 2012: 47).

Desta forma, podemos dizer que o acontecimento oferece, aos sujeitos afetados, sua própria chave de compreensão – trata-se do seu *poder hermenêutico* ou de *revelação* (ARENDE, 2008). É só a partir do momento em que o acontecimento se instaura em nossa vida, que podemos compreendê-lo – ele fornece uma nova experiência aos sujeitos, que terão que construir novos sentidos a partir dele. Como aponta Quéré, o acontecimento é o explicador do seu próprio contexto e surgimento, projeta “a sua luz sobre o que terá precedido e o que lhe poderá seguir” (2005: 67).

Podemos identificar a manifestação dos acontecimentos de duas formas: em sua primeira e segunda vida (QUÉRÉ, 2005). A primeira é aquela na qual sentimos o acontecimento insurgir em nossa existência; é o acontecimento na forma em que “nos toca, congestiona o nosso cérebro, dificulta a nossa respiração, acelera nosso coração”, como aponta França (2012: 14). Já a segunda vida do acontecimento se materializa a partir da simbolização, em que se constrói uma narrativa que tenta, inicialmente, descrevê-lo e singularizá-lo, explicar suas causas e apontar suas consequências – é deste processo simbólico que podemos perceber que valores e instituições sociais foram perturbadas por este acontecimento.

Assim, é pela narrativa que encontramos uma nova forma de experimentar o acontecimento; que os sujeitos afetados podem mobilizar novos sentidos para as coisas do mundo. Dessa forma, o acontecimento se inscreve em um *plano de fundo pragmático* (QUÉRÉ, 1995), um contexto de práticas, valores e hábitos de ação que aponta para universo simbólico que orienta a experiência dos sujeitos na vida social. Um acontecimento será simbolizado até se tornar normalizado, ou seja, cristalizado em nossa sociedade, perdendo, portanto, seu *poder de criação de intriga* – seu poder de criar tensões, conflitos, contradições e discordâncias; seu campo problemático (QUÉRÉ, 2005).

O jornalismo se situa aqui como um lugar em que se repercutem acontecimentos da nossa sociedade (FRANÇA, 2012) – trata-se de uma das esferas de discussão em que o acontecimento é simbolizado. Portanto, ao olhar para o tratamento dado aos acontecimentos pela mídia, conseguimos observar também que tipo de enquadramentos, valores e discussões sobre nós, nossa sociedade e nossa cultura são mobilizados pelas figuras midiáticas.

Para analisarmos, portanto, os discursos criados pela Record Minas a partir de um acontecimento, buscamos uma metodologia que dirigisse nosso olhar ao *processo de individuação* do acontecimento, ou seja, para toda sua inscrição simbólica na experiência dos públicos. Em um primeiro momento da análise, procuramos atentar para os eixos desse processo de individuação, tal como realizado por Simões (2012): a) a descrição, ou seja, o

modo como o acontecimento é identificado, singularizado dentre diversos outros acontecimentos concorrentes; b) a narração, que diz tanto da busca por um passado que possa ajudar a compreender o acontecimento quanto de um futuro aberto por ele; e c) a construção de um pano de fundo pragmático, que revela valores, normas, práticas e características do contexto social em que o acontecimento se inscreve. A partir dessa sistematização inicial, particularmente em relação ao pano de fundo pragmático, identificamos três chaves de leitura para compreender tal ocorrência: o gênero, a maternidade e a *sacralidade da pessoa* (JOAS, 2011). Assim, na apresentação da análise neste texto, optamos por apresentar brevemente o processo de individuação, enfocando essas três chaves de leitura que são muito profícuas para refletir sobre o acontecimento aqui em foco – o que será feito nas próximas seções.

A revelação de uma mentira

No ano de 2013, os recém-casados Renata Soares e Johney Lima, ambos na faixa dos 20 anos, tinham acabado de formar uma família: a jovem deu à luz o bebê Arthur Pietro e se mudou com o marido para uma casa simples no bairro Icaivera, em Contagem. Enquanto a mãe cuidava da criança em casa, o pai trabalhava como vigilante.

Na tarde de sábado do dia 23 de novembro, do mesmo ano, o bebê deste jovem casal foi, segundo o relato de Renata, sequestrado nos arredores da rodoviária de Belo Horizonte, enquanto a mãe passeava com o filho. Essa é a primeira *descrição* do acontecimento: o que ocorreu foi um sequestro. De acordo com a versão contada pela mãe à polícia e à imprensa, um homem negro, armado, e dois chineses saíram de um carro preto e forçaram a jovem a entregar a criança – no entanto, não houve nenhuma testemunha ou câmeras de segurança no local que pudessem comprovar tal relato. Assim que o crime ocorreu, ela ligou para Johney e foi para a delegacia mais próxima. Na manhã seguinte, no dia 25 de novembro, a Record Minas transmitiu pela primeira vez as imagens de Renata e Johney, desesperados pelo retorno do filho, apelando ao público por informações e exigindo das autoridades respostas sobre o ocorrido. A imagem que temos dos dois nessa identificação inicial do acontecimento é, portanto, a de um jovem casal de origem pobre, vítima de uma fatalidade criminoso.

No mesmo dia, em um segundo depoimento à Polícia Civil, Renata Soares confessou ter, na verdade, doado o bebê e forjado o sequestro – construindo um *novo quadro* para a ocorrência. O verdadeiro acontecimento “que mais parecia história de filme”⁴⁵ é revelado: logo após o nascimento de Arthur, Renata criou um perfil falso em um fórum online sobre maternidade e ofereceu a criança a uma menor de idade do Rio de Janeiro – a mãe, por sua vez, afirmou não saber que a receptora era uma adolescente. A entrega do bebê aconteceu no

45 Fala da repórter Shirley Barroso

mesmo dia em que Renata denunciou o crime. Na mesma data da confissão da mãe, a criança foi resgatada e retornou aos braços do pai.

A partir deste momento, a vida da jovem garota, como também a de seu marido, Johny Lima, se transformou sob a luz e as câmeras do olho público e, principalmente, da Record Minas – grande personagem desta história. Pode-se afirmar que a revelação da inverdade e a inscrição da ocorrência em um novo quadro de sentido conferem um novo potencial de intriga para o acontecimento (QUÉRÉ, 2005). Os valores de sinceridade e honestidade são despertados pela mentira, e a credibilidade atribuída a uma mãe, tanto pela mídia quanto pela sociedade, é quebrada – como afirmou o âncora do MG Record, Carlos Viana: “É muita maldade, é muita mentira, com toda sinceridade, todos nós fomos traídos neste sentimento”. Renata Soares se torna, então, o personagem impostor, como qualifica Goffman (1985), sendo a ela reservada a perda de uma reputação credível, o rechaço e a humilhação pública. A sua exposição pela Record Minas, por sua vez, parece ter um tom mais cruel, devido às suas implicações contra uma instituição muito importante em nossa sociedade: a *maternidade*.

A maternidade e gênero como chaves de leitura do acontecimento

Como refletir sobre a atitude de Renata Soares, articulando-a com o valor da maternidade em nossa sociedade? Nesse contexto, o que mais condena a jovem mãe não parece ser a entrega de seu filho aos cuidados de outra família, mas, sim, a ilegalidade do ato e, principalmente, a mentira por ela sustentada. O que levaria uma mãe a tomar uma atitude como essa? No material analisado, o que emerge como uma possível motivação para o crime é a dúvida se o bebê Arthur era, de fato, filho de Johny ou fruto de um caso extraconjugal. É uma questão que aponta para o passado do acontecimento na construção da *narrativa*.

Sendo a mídia um participante ativo da construção da moral social e política de nossas culturas (MACHADO e SANTOS, 2010) e sendo ela também um espaço em que se refletem e discutem as convenções, normas e valores presentes em nossa sociedade, em que “os sujeitos podem acender à compreensão deles mesmos, dos acontecimentos que os atingem e do caráter problemático das situações com as quais se confrontam” (ARQUEMBOURG, 2005: 111) – como a Record Minas caracteriza e enquadra o ato de Renata Soares? Como os apresentadores destes tabloides se posicionam em relação ao crime da mãe e de que forma eles caracterizam e enquadram os papéis materno e paterno em nossa sociedade? É possível usar a *maternidade* e o *gênero* como chaves de leitura dos enunciados formulados por estes sujeitos, a partir do acontecimento?

Após a revelação da mentira e a prisão ilegal de Renata⁴⁶, os três apresentadores – além do próprio pai, Johny – buscam uma possível motivação para o ato criminoso, um

46 Renata Soares foi presa após sua confissão. Ela foi liberada no dia 29 de dezembro de 2013, quando a Vara de Inquéritos de Belo Horizonte considerou sua prisão ilegal.

passado que possa explicá-lo. Uma das causas prováveis mais apontada durante a cobertura da Record é a de que o crime foi motivado por uma depressão pós-parto. Inicialmente, o marido de Renata demonstra não compreender o comportamento da esposa já que “o que aconteceu não condiz com o que ela é com todos”. Em outro momento, Johney afirma: “É difícil acreditar que ela possa ser falsa. [...] ela só pode estar doente, porque não condiz. Ela sempre foi prestativa, sempre cuidou bem do meu filho”.

A imagem da mãe afetuosa e “prestativa” que emerge no posicionamento de Johney é posta em dúvida pelo depoimento de Paulino Gomes, pai da jovem, aos repórteres da Record.: “[...] ela vinha reclamando para mãe dela, já há uns dois meses, que sentia muito sozinha. [...] Após o marido ir trabalhar, o neném ia dormir e ela ficava olhando para as paredes, para o teto, pensando na vida”. O testemunho do avô de Arthur é um fragmento subestimado, que passa quase despercebido dentro da cobertura da Record, mas que, caso fosse explorado, poderia revelar um passado mais apurado, que explicasse o ato criminoso de Renata Soares – e se ela estaria, de fato, doente ou não. Percebemos, assim, pouco investimento dos telejornais na tematização desse passado que emerge com o acontecimento e que é central em sua compreensão.

Os apresentadores reforçam a possibilidade da depressão, já que, ao menos no início, nada se sabia sobre a motivação da jovem mãe. Mauro Tramonte (Balanço Geral MG) anuncia ao público que “gostaria de ouvir de um psiquiatra, de um psicólogo se é possível isto”; no entanto, em nenhum momento da narrativa da Record, um especialista é convidado a contextualizar essa possibilidade. Os enunciados dos apresentadores funcionam como um jogo emocionante de suposições, em que não há fôlego investigativo ou interesse por parte do jornalismo da emissora em elucidar a chance da depressão pós-parto. Afinal, a impossibilidade de criar um antes e depois muito completos para o acontecimento é uma limitação inerente ao telejornal tabloide, como aponta Lana (2006), em sua análise de um programa *Brasil Urgente* (TV Band), do jornalista José Luiz Datena, criado nos mesmos moldes dos noticiários policiais da Record. Preocupados em manter o telespectador no canal, priorizando aquilo que estimula os seus sentidos e emoções (GOMES, 2009), estes programas possuem uma grande necessidade da figura autoritária do apresentador:

Diante de histórias mal-acabadas, matérias com poucas informações e depoimentos imprecisos é Datena quem ocupa o espaço da tela, buscando preencher com discursos eloqüentes o vazio irremediável de alguns casos trazidos por *Brasil Urgente*. (LANA, 2006: 89).

Desta forma, também no caso da Record Minas, os apresentadores são responsáveis por ocupar o vazio deixado pelos constrangimentos jornalísticos, ao trazer, após a transmissão das reportagens, seus enunciados. As reverberações do falso sequestro do bebê em Belo Horizonte, da forma que foram tratadas pelas vozes dos três homens apresentadores, demonstram que, sim, os padrões de gênero e a expectativa social sobre o papel de mãe são

chaves de leitura para o pano de fundo pragmático deste acontecimento. Diante da possibilidade da depressão pós-parto, o apresentador Carlos Viana (MG Record) afirma que espera sinceramente “que o laudo [médico] nos diga que ela sofre de algum problema. Pelo menos assim, a gente poderá entender toda a maldade.” Já Mauro Tramonte, dirige sua dúvida e interpretação à câmera: “[...] tem problema ou queria se livrar da criança mesmo? [...] todas as mulheres que casam, elas sabem que podem ter um filho, e quando tem um filho, ela cuida do filho”.

Os discursos dos apresentadores se tornam mais explícitos após a descoberta do caso extraconjugal de Renata, que teria sido a motivação para a entrega de seu filho. A possibilidade de depressão pós-parto é deixada de lado e substituída por uma discussão sobre a índole da jovem – a infidelidade no casamento é inserida no discurso como uma evidência da vilania da mãe. Tramonte faz suas ponderações, enquanto questiona as mulheres e mães da audiência, como se estivesse se dirigindo a um júri popular: “[...] seria uma doença, uma coisa de cabeça? Ou o medo dela seria realmente este menino crescer e não parecer com o pai, não é? [...]”. E acrescenta: “Você aí que já foi mãe, que quer ser mãe [...], mesmo se você desse um deslize na vida, acontecesse com você essa situação, você daria essa criança porque não seria do seu marido, do seu companheiro, do seu namorado?”.

O noticiário se torna um espaço de exposição do desvio, onde o desviante é observado e julgado (MACHADO e SANTOS, 2010). O desvio de Renata está diretamente ligado à sua função social como mãe – e ao determinismo biológico que é atribuído ao “dom” da maternidade, como apresenta Corrêa (2011) em sua análise dos papéis maternos e paternos na publicidade. Vivemos em uma cultura em que o amor e o cuidado infantil – frequentemente confundidos como uma só coisa – são a norma para a mãe. No entanto, mulher nenhuma “nasce sabendo ser mãe: a maternidade é duramente aprendida na prática” (CORRÊA, 2011: 82). Corrêa alega que o “bom” trabalho materno é invisível: ele não aparece, não se salienta em nossa sociedade, não é um acontecimento; a maternidade e o trabalho do cuidado só se tornam acontecimentos quando falham. Mas por que exigimos um comportamento de “mãe perfeita” se qualquer um de nós, como defende Goffman, não se adapta completamente a nenhum dos diferentes papéis sociais que nos são atribuídos? Somos indivíduos complexos e contraditórios – não precisamos nos “encaixar” perfeitamente às funções que exercemos para sermos honestos perante elas; afinal, uma “representação honesta, sincera, séria, liga-se menos com o mundo real do que se poderia à primeira vista supor” (1985: 71).

Johney Lima, em contrapartida, é enquadrado pela Record como vítima da maldade de uma mãe “desnaturada” – o ex-vigilante, além de ser enganado pela esposa e quase perder o filho, também ficou sem emprego e teve que se mudar para a casa da irmã, para cuidar do bebê Arthur com ajuda dos parentes, enquanto retomava sua vida. Estes obstáculos acabam associando a imagem de Johney a valores heroicos, como podemos observar do comentário do repórter Garcia Junior, no Balanço Geral MG: “O Johney tinha tudo para ficar revoltado, [...]”

desanimar com a vida depois da safadeza e da cachorrada que a noiva dele fez [...] Mas não, é um rapaz vitorioso, de superação”. Como observa Renné França (2006), só é herói aquele que vence o perigo – e o heroísmo do jovem pai, por sua vez, é recompensado pela própria Record.

A emissora entrega presentes doados a ele e ao bebê Arthur. Uma de suas repórteres acompanha exclusivamente as etapas do exame de DNA e está ao lado de Jorney, quando ele comprova sua paternidade. A Record Minas coloca uma equipe completa de reportagem para viajar com Jorney até São Pedro do Jequitinhonha, onde moram os avós paternos do bebê, que ainda não conheciam o neto. Em outras palavras, o *final feliz* – resultado da intervenção da Record – sobrepõe o sofrimento da história do jovem pai enganado, que serve como mais uma narrativa de catarse a um público que possui também seus próprios sofrimentos e adversidades, e que se sente representado e fortalecido ao ver a perseverança de um outro anônimo (FRANÇA, 2006).

Temos, portanto, um telejornal tabloide que mais parece um tribunal em que a defesa está reservada apenas às vítimas, as acusações, apenas aos suspeitos; as testemunhas falam de acordo com a vontade dos repórteres, produtores, editores e outras figuras da produção jornalística. O apresentador deste noticiário se assemelha a um juiz, dando sempre sua palavra final após julgar os sujeitos envolvidos em cada acontecimento. No caso do falso sequestro do bebê, Jorney Lima é o “vencedor” e Renata Soares, a condenada ao silêncio midiático. Mas a condenação da jovem mãe veio muito cedo, antes que houvesse possibilidade de esboçar um contexto para seu crime: ela (como também seus pais e sua advogada) fala pouco dentro da narrativa, e sua experiência como mãe não é levada em conta – a própria depressão pós-parto, motivação suposta pelo jornalismo da Record, pode ser vista como uma das consequências de uma “expectativa social de uma habilidade nata para ser mãe”, como contextualiza Corrêa (2011: 82).

Jorney afirma que desde que o filho nasceu, “[...] eu sempre fui pai e mãe, porque eu sempre ajudei”. Mas o que seria ser um pai e o que é ser uma mãe num estado em que mais da metade das mães são exclusivamente responsáveis por acompanhar as atividades escolares dos filhos⁴⁷, por exemplo? Em nossa sociedade, o determinismo biológico acima do amor ao filho e do trabalho de cuidar não são impostos ao pai, da mesma forma que são à mãe (CORRÊA, 2011). Resta-nos, novamente, a pergunta: os apresentadores da Record Minas – e nós enquanto público afetado pelo acontecimento – teriam dado o mesmo tratamento ao crime do falso sequestro do bebê, se o autor dele fosse um homem, um pai? Nossa revolta seria a mesma? Em uma sociedade em que a paternidade é vista historicamente como uma hipótese, um ganho (CORRÊA, 2011), o poder de intriga desse acontecimento seria o mesmo se seu

47 Pesquisa da Fundação João Pinheiro revelou que em 51,8% de 18 mil domicílios de Minas Gerais, a mãe era exclusivamente responsável por acompanhar as atividades escolares dos filhos. Disponível em <<http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pad/119-boletim-pad-mg-2011-mercado-de-trabalho-e-genero/file>>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

autor fosse um homem-pai? Os valores ligados à maternidade são, portanto, uma chave fundamental no *pano de fundo pragmático* deste acontecimento – e a Record, em sua simbolização do acontecimento, só contribuiu para reforçar os padrões cruéis impostos à mulher-mãe.

Retaliação e a legitimação da sacralidade *seletiva*

A Record Minas amplificou o olhar sobre o desvio de Renata e, pelas vozes dos âncoras, tentou guiar o espectador no julgamento desta personagem. É do comentário dos imponentes apresentadores que podemos perceber uma determinada ideologia da emissora. Tramonte, Viana e Costa remetem à figura de um homem corajoso, temente apenas a Deus, inabalável perante o crime e a violência. Estes âncoras se dirigem a quem presumem ser seu interlocutor; o jornalismo “voltado para a defesa dos direitos dos cidadãos mineiros” é, na verdade, um jornalismo que se dirige aos pressupostos de um “cidadão *de bem*” – alguém que compartilha da mesma visão moral e cívica dos apresentadores do telejornal. E a virtude deste cidadão é recompensada com a aparente punição dos criminosos, dos desviantes, observada pelo quadro televisivo da Record. No entanto, é possível presumir este padrão idealizado de comportamento para os 18 milhões de mineiros que têm acesso à transmissão da emissora no estado? No que se constituiria, de fato, um “cidadão *de bem*”?

Somos sujeitos contraditórios. Como é colocado por Hans Joas (2011), os indivíduos integrantes de uma sociedade, mesmo aderindo a um quadro de valores e crenças, de referências a ser consideradas como o bem, possuem corporificadas em sua vivência práticas questionáveis; com frequência, algumas de nossas ações podem não ser compatíveis com os ideais que apreciamos. Em outras palavras, em uma sociedade onde há uma certa instabilidade entre os valores, as condutas e instituições sociais (como a maternidade, o direito e a justiça), ninguém está livre de contradições. Não há papéis sociais que possam ser representados sem um conflito interno, com total consistência e convicção, afinal, há uma “discrepância entre nosso eu demasiado humano e nosso eu socializado” (GOFFMAN, 1985: 58). Portanto, é questionável a existência de um “cidadão *de bem*”, cujo comportamento condiz com todos os valores de justiça, cidadania, razão e honestidade; cujas ações, sempre conscientes, seguem à risca uma moral conservadora e cristã. Ninguém consegue ser tão plano, tão coeso a todo tempo, tão imutável.

Podemos questionar esta idealização do “cidadão *de bem*” em outro momento da trama jornalística. Dois dias após Renata Soares confessar publicamente sua motivação para o crime, um incêndio criminoso destruiu a residência onde ela morava com o marido, em Contagem – segundo a polícia, uma possível retaliação pública contra a jovem. “Querendo ou não, a gente esperava alguma represália da população, até pelo fato que todo mundo foi enganado, assim como eu”, tentou justificar Jhony Lima. Mesmo sem provas, é difícil acreditar que o fogo não foi colocado com a intenção de prejudicar Renata. É uma fatalidade que nos leva a questionar:

seria ela uma consequência da exposição e do julgamento midiático de um desviante? Qual seria o papel da mídia perante uma retaliação popular como esta, bem parecida com as diversas aparições dos "justiceiros"⁴⁸ no Brasil: sensibilizar o público em repúdio ou optar por não interferir? Novamente, estas perguntas refletem no papel da imprensa, da sociedade e como estas duas partes reagem sobre assuntos relativos à criminalidade, justiça e punição.

Para compreender como o ataque à antiga casa de Renata Soares serve como exemplo da manifestação da intolerância e da violência contra os seres que desviam da norma social, retomamos o discurso de Joas sobre a sacralidade *seletiva* do corpo. Primeiramente, temos o "cidadão de bem" ou o "justiceiro" que, no caso, é quem acredita ter uma vivência coesa aos valores que aprecia e que, justificado com uma determinada moral e por não compreender o comportamento do ser desviante, considera aquele corpo como não-sagrado e legitima o ataque a ele como uma forma de punição (JOAS, 2011). A punição para estas pessoas se torna necessária para que haja, entre seus iguais, um sentimento de "solidariedade coletiva", de restabelecimento da moral e da ordem do mundo; é atestando a punição que o indivíduo denominado "de bem" se sentirá satisfeito dentro de uma sociedade de regras e normas por ele seguidas e que, conseqüentemente, atribuam penalidades a quem não as segue (MACHADO e SANTOS, 2010).

No entanto, diferentemente da lógica dos justiceiros, não há uma racionalidade matemática que possa ser atribuída a aplicação de uma pena, que sempre será movida pelos sentimentos e pela experiência de quem pune (JOAS, 2011); em outras palavras, a justiça é ocasional e as noções que ela implica são diferentes para pessoas diferentes. Do outro lado, observamos o inimigo dos "cidadãos de bem", corporificado pela imagem de Renata Soares – vista pela perspectiva do grupo que a ataca, ela não é um ser humano considerado como igual. A jovem não só perdeu os direitos sobre seu papel como mãe, mas sobre seu estado de sagrado – Renata, ao cometer *um atentado* contra a criança que ela deveria proteger, também revogou sua própria proteção; ela quebrou um suposto contrato social que a garantia direitos humanos básicos.

O discurso construído sobre este acontecimento evidencia, portanto, o valor da sacralidade *seletiva*. Os "cidadãos mineiros" valorizados por este telejornal tabloide seriam, de fato, somente aqueles que não fogem da norma cívica, da moralidade cristã, das expectativas de gênero.

Considerações finais

Em nossa análise do falso sequestro do bebê, notamos que os valores atrelados à maternidade e ao gênero – e as convenções sociais implicadas à mulher-mãe (CORRÊA, 2011)

48 Oliveira, A. F. *Ação de justiceiros é um retrocesso à barbárie, afirmam especialistas*. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-02-17/acao-de-justiceiros-e-um-retrocesso-a-barbarie-afirmam-especialistas.html>>. Acesso em: 20 de novembro de 2015.

– como também os valores ligados a uma rigorosa moralidade cívica (como a sacralidade *seletiva* e justiça a todo custo) foram despertados e fazem parte do *pano de fundo pragmático* deste acontecimento. Da mesma forma, ao analisarmos a cobertura dos tabloides locais da Record Minas, descobrimos constrangimentos que podem ser comuns a outros programas que seguem o mesmo formato e estratégia: as limitações de produção que este jornalismo sofre – na luta mercadológica pela audiência – impedem que se construa um passado e um futuro que expliquem muito bem os acontecimentos (GOMES, 2009); enquanto isto, quem imprime o ritmo e preenche os espaços vazios são os apresentadores – no caso da Record, todos homens, cujas vozes são responsáveis por julgar, enquadrar e ponderar acerca das discussões que nascem dos acontecimentos. Estes âncoras são a autoridade máxima da tela e, em seus enunciados, se verifica um pressuposto de que o interlocutor compartilha da mesma moral, ou seja, da mesma visão de mundo – interlocutor figurado pelo nome de cidadão “de bem”. No entanto, o próprio conceito de um cidadão “de bem” é frágil, já que o nosso eu humano difere do eu socializado (GOFFMAN, 1985) e a adesão a valores e a orientação da nossa conduta pelos *bens* que apreciamos só é consciente até certo ponto (JOAS, 2011).

Não há um programa “voltado para a defesa dos direitos dos cidadãos mineiros” quando se privilegia a espetacularidade das histórias, a oratória comovente dos âncoras e o ritmo e a rapidez dos quadros televisivos, enquanto, em segundo plano, está a denúncia do tipo de *dignidade que está sendo reservada aos outros* (LANA, 2006), às vítimas de violência, aos anônimas e suas histórias. No entanto, podemos dizer que mesmo com todos os constrangimentos do jornalismo da emissora, é possível observar, em certos casos, a espontaneidade e a autenticidade nas vozes dos sujeitos comuns que aparecem em frente às câmeras para contar sua história, como aponta Lana (2006).

Nesse processo, questões candentes em um contexto podem ser tematizadas, tais como o ideal de maternidade, a assimetria na visão dos gêneros e a sacralidade *seletiva* da pessoa, como foi apontado na análise desenvolvida neste artigo. Em que medida tais questões serão, de fato, debatidas pela sociedade aponta para uma outra discussão que extrapola os objetivos aqui pretendidos e diz respeito ao modo como o público se posiciona em relação a um acontecimento narrado pelo jornalismo. De qualquer forma, acreditamos que o potencial de afetação de uma ocorrência como a desse falso sequestro ultrapassa as limitações infligidas pelo tabloide e pode colaborar na atualização dos valores de uma sociedade.

Referências

- ARENDDT, Hannah. Compreensão e Política. In: _____. *Compreender: Formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 330-346.
- ARQUEMBOURG, J. Entre facto e sentido: contar o acontecimento. *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, n. 6, p. 109-112. 2005.
- CORRÊA, L. G. Mães cuidam, pais brincam: normas, valores e papéis na publicidade de homenagem. 2011. 254f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FRANÇA, R. O. A construção do herói: a glamourização do popular no Domingão do Faustão. In: FRANÇA, V. (ORG). Narrativas televisivas: programas populares na TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 107-121.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. Galaxia (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

GOFFMAN, E. Representações. In: _____. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. p. 25-75.

GOMES, I. M. M. O Infotainment e a Cultura Televisiva. In: FREIRE FILHO, J. (ORG). A TV em transição: tendências de programação no Brasil e no mundo. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. p. 195-221

JOAS, H. A sacralidade da pessoa: nova geologia dos direitos humanos. Editora Unesp, 2011. p. 61-104.

LANA, L. C. C. Denúncia e dramatização do cotidiano em Brasil Urgente. In: FRANÇA, V. (ORG). Narrativas televisivas: programas populares na TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 87-105

MACHADO, H.; SANTOS, F. A moral da justiça e a moral dos media: julgamentos mediáticos e dramas públicos. In: MARTINS, M. L. (Org) Caminhos nas Ciências Sociais: memória, mudança social e razão. Coimbra: Grácio Editor, 2010. p. 49-60.

QUÉRÉ, Louis. L'espace public comme forme et comme événement. In: JOSEPH, Isaac (Org.). Prendre place. Espace public et culture dramatique. Colloque de Cérizy. Paris: Ed. Recherches, 1995. p. 93-110.

QUÉRÉ, L. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, n. 6, p. 59-75. 2005.

SERELLE, M. A guinada dos populares: mídia e vida social no Brasil. In: 23º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPÓS, 23, 2014, Belém. 23º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS). Belém: Compós, maio de 2014.

SIMÕES, P. G. O acontecimento Ronaldo: a imagem pública de uma celebridade no contexto social contemporâneo. 2012. 282f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SIMOES, P. G. O acontecimento e o campo da comunicação. In: FRANÇA, V.; ALDÉ, A.; RAMOS, M. C. (Org.). Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 173-195.